

Brasil já apresentou dez cartas de intenção ao FMI, que nunca foram cumpridas

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

A história das relações do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI) é marcada por descertos, ao longo dos últimos onze anos, a despeito da boa-vontade que os dirigentes do organismo internacional costumavam demonstrar, até aqui, com as iniciativas brasileiras de estabilização.

Muitas tentativas de obter um acordo do tipo "stand-by" com o FMI sempre com o objetivo de selar um entendimento definitivo sobre a dívida externa com os bancos credores privados internacionais, chegaram a resvalar na improvisação. Nenhuma carta de intenção, do total de dez apresentadas até agora pelo Brasil, foi cumprida. Na verdade, nem sequer o governo brasileiro conseguiu atingir as metas traçadas pelo FMI para os vários critérios de desempenho por mais de um trimestre consecutivo.

Desde os tempos do ex-ministro do Planejamento Delfim Netto, quando se fechou o primeiro acordo com o FMI, em 6 de janeiro de 1983, logo imediatamente refeito em 24 de fevereiro do mesmo ano, o comportamento da economia brasileira teima em não se encaixar nos requisitos exigidos pelo Fundo.

Nem mesmo com a aceitação, por parte do FMI, do critério operacional para medir o desempenho das contas públicas (por esse critério, descontam-se os efeitos das correções monetária e cambial) inventado por técnicos brasileiros com o argumento de que deveria ser expurgado o impacto inflacionário da necessidade de financiamento, o País conseguiu se encaixar nas metas negociadas nos acordos do tipo "stand-by". A invenção brasileira do critério operacional acabou sendo usada depois pelo FMI em acordos com outros países.

O acordo do início de 1983 acabou sendo suspenso mediante o primeiro pedido de "waiver" (dispensa) pelo não cumprimento das metas e uma nova carta de intenções foi apresentada em 15 de setembro de 1983, logo seguida de um adendo apresentado em 15 de novembro do mesmo ano. Daí em diante, pedidos de "waiver" ou suspensão de acordos passaram a ser uma constante no relacionamento do Brasil com o FMI. O segundo pedido de "waiver" surgiu em 27 de fevereiro de 1984. Uma nova carta de intenções, a quinta, foi assinada em 15 de março de 1984.

INTENÇÕES

Ainda assim, o acordo não seguiu em frente. Houve uma sexta carta de intenções em 28 de setembro de 1984 e uma sétima, logo depois, em 20 de dezembro de 1984 que não chegou a ser encaminhada pelo diretor-gerente do FMI ao "board" de diretores do organismo. No início de 1985, o acordo do Brasil com o Fundo foi definitivamente suspenso. O FMI preferiu aguardar a posse do presidente então eleito pelo Congresso Nacional, Tancredo Neves, para só depois reatar negociações com o Brasil.

Veio o Plano Cruzado em 1986 e a moratória que suspendeu os pagamentos aos bancos credores privados internacionais e as relações do País com a comunidade financeira internacional esfriaram. Em 1987, o

ex-ministro da Fazenda Luiz Carlos Bresser Pereira tentou um acordo com os bancos credores internacionais com base no princípio da securitização (troca da dívida velha por novos bônus, a partir de um desconto que acompanharia o valor de mercado da dívida), mas foi ridicularizado no exterior.

Em 1988, quando o governo José Sarney já agonizava com uma inflação que dava mostras de só subir, o então ministro Maílson da Nóbrega conseguiu fechar um acordo "standy-by" com o FMI, em 29 de junho de 1988, pouco antes de fechar em setembro do mesmo ano um acordo de renegociação com os bancos credores privados internacionais que praticamente não saiu do papel. Esse acordo com o FMI não durou muito. Só foi liberada a primeira "tranche".

VERÃO

Veio o Plano Verão em janeiro de 1989, a suspensão dos pagamentos externos em meados daquele ano. Ainda assim, o governo tentou reavivar o acordo que tinha sido interrompido com o FMI. O negociador brasileiro, Mikal Gartenkraut, ficou na época em Washington durante os meses de agosto a setembro de 1989 tentando fechar os números para reativar o acordo de 1988, tendo por base o orçamento daquele mesmo ano, mas os esforços foram em vão. "Tentava-se ali encontrar uma maneira de salvar o acordo e reavivar o programa sem que o FMI perdesse credibilidade, mas não foi possível", lembra ele agora.

Um novo entendimento foi tentado no governo Collor, mas a carta de intenções da ministra Zélia Cardoso de Mello jamais chegou a ser encaminhada pelo diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, ao "board" de diretores. Mesmo assim, o negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, conseguiu avanços com os credores: tirou a dívida do setor privado, da Petrobrás e da Vale do Rio Doce da renegociação com o comitê de bancos e desvinculou as linhas de financiamento de curto prazo (para comércio externo e linhas interbancárias) do processo de reescalonamento da dívida externa.

Em 2 de dezembro de 1991, a equipe econômica do ministro Marcílio Marques Moreira conseguiu fechar os números em torno de um novo acordo do tipo "stand-by", depois de três semanas de negociações em Washington. O acordo foi formalmente aprovado pelo board de diretores em 29 de janeiro de 1992. Naquela ocasião, o ministro Marcílio fez um paralelo com os acordos anteriores, dizendo que havia uma diferença, pois o acordo, desta vez, envolvia um ajuste fiscal respaldado em reformas estruturais profundas. Na verdade, estava baseado em promessas, mas mesmo assim o FMI aceitou fechar um acordo com o Brasil. Pesaram, favoravelmente, as boas relações do ministro Marcílio com o então secretário para assuntos internacionais do Tesouro norte-americano, David Mulford.

O acordo assinado com Marcílio não foi adiante e Mulford foi substituído por Lawrence Summers, no Tesouro norte-americano, um homem que é conhecido por suas posições mais rígidas com relação à América Latina.